

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões e autorizações que lhes forem outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (nota 21).

b. Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO), bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM) - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga, Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) - especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

Concessão para o STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO.

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

Autorizações e frequências para o SMP

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação do SMP são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. A Companhia explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, em conformidade com o edital de licitação nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, a Companhia foi a vencedora no lote 3 dentre os demais lotes ofertados. O valor ofertado pela faixa de frequência foi o preço mínimo de R\$1,928 bilhão, além de R\$903,9 milhões referentes ao valor do compromisso de pagamento dos custos decorrentes da redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.

Dessa maneira, a Companhia incrementará sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia de quarta geração (4G) em todo o território nacional e passará a operar na faixa de frequência 700 MHz, com banda de 10+10 MHz, além da frequência de 2,5 GHz, com banda de 20+20MHz adquirida na licitação de 2012.

O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no edital e pela ANATEL.

c. Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (Telefônica Data S.A., TData ou Controlada), a Companhia realizou uma reestruturação societária, aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a referida reestruturação societária, sendo realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. nº 61 da LGT (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais, conforme o caso, e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data e com a mesma data-base (30 de abril de 2013), sendo: (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SCM foi incorporado pela Companhia; (ii) o acervo líquido cindido da Vivo S.A., advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do SMP, do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido dos SVAs e outros serviços que não sejam considerados de telecomunicações foram incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta; (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom S.A., advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SEAC (por meio da tecnologia DTH) e do SCM foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido dos SVAs e outros serviços que não sejam considerados de telecomunicações foram incorporados pela TData, sendo a ATelecom extinta; e (iv) a Telefônica Sistema de Televisão S.A., que antes de sua incorporação total pela Companhia, concentrou as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM em decorrência da incorporação total da Lemontree Participações S.A., GTR-T Participações e Empreendimentos S.A., Ajato Telecomunicações Ltda, Comercial Cabo TV São Paulo S.A. e TVA Sul Paraná S.A., sendo todas estas sociedades extintas.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Não houve, tampouco substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia era no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades cindidas/incorporadas. Dessa forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a valor de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

A reestruturação societária foi descrita detalhadamente na nota 1b) – “Reestruturação Societária”, divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

d. Aquisição da GVT Participações S.A.

Em 18 de setembro de 2014, a Companhia divulgou um fato relevante, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informando que foi assinado, nesta mesma data, entre a Companhia (Compradora) e a Vivendi S.A. (Vivendi) e suas subsidiárias (Vendedoras), o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (Contrato), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT Participações S.A. (GVTPar), sociedade controladora da Global Village Telecom S.A. (GVT Operadora, sendo GVTPar, em conjunto com a GVT Operadora, denominadas GVT) será adquirida pela Companhia. A assinatura do Contrato e documentos relacionados foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do órgão realizada nesta mesma data.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVT, será efetuada da seguinte forma pela Companhia às Vendedoras:

- Uma parcela de €4.663.000.000,00 a ser pago à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do Contrato, na data de fechamento.
A Companhia poderá financiar o pagamento desta parcela, com um aumento de seu capital social por meio de subscrição pública, cujos termos e condições serão oportunamente determinados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social, devendo para tanto, ser submetido aos acionistas da Companhia proposta para aumento do limite do seu capital social autorizado, nos termos do Art. nº 168 da Lei nº 6.404/76, visando possibilitar o aumento de capital por deliberação do Conselho de Administração com a finalidade de conferir maior agilidade à operação (nota 34).
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia equivalentes a 12% de ações ordinárias e 12% de ações preferenciais da Companhia após a incorporação de ações da GVTPar.

O pagamento desta parcela será efetuado por meio de incorporação das ações de emissão da GVTPar pela Companhia, com a correspondente entrega de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para os acionistas da GVTPar em substituição às ações da GVTPar incorporadas, observado o número de ações decorrente da parcela em ações a ser conferido às Vendedoras, conforme negociado entre as partes e estabelecido no Contrato, devendo a Administração determinar e divulgar os demais termos e condições desta incorporação de ações oportunamente, após a aprovação da transação pela ANATEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Vivendi aceitou a oferta da Telefónica S.A. para adquirir uma participação na Telecom Itália S.p.A., especificamente, a aquisição de 1.110 bilhão de ações ordinárias da Telecom Itália S.p.A. que atualmente representam uma participação de 8,3% no capital com direito a voto da Telecom Itália S.p.A. (equivalente a 5,7% de seu capital social), em troca de 4,5% do capital da Companhia que a Vivendi receberá, resultante da combinação da Companhia e GVT e que representam todas as ações ordinárias e parte das ações preferenciais (representativas de 0,7% de ações preferenciais).

Considerando que a aquisição das ações da GVT pela Companhia representa investimento relevante, nos termos do Art. nº 256 da Lei nº 6.404/76, a aquisição será submetida aos acionistas da Companhia, devendo oportunamente ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para esse fim, nos termos da lei.

As deliberações a respeito da transação descrita acima conferirão aos acionistas da Companhia delas dissidentes o direito de recesso. Neste sentido, os acionistas dissidentes, titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia nesta data, inclusive, farão jus ao direito de retirada mediante o recebimento do respectivo valor de patrimônio líquido por ação. O valor por ação a ser pago em virtude do exercício do direito de recesso deverá ser divulgado quando for estabelecida a data da Assembleia Geral que deverá deliberar acerca das matérias desta operação.

A implementação desta operação está sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação.

e. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 46,18%) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A., sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica S.A. detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália, S.p.A. detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica S.A., nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica S.A. têm qualquer ingerência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do CADE, no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica S.A. realizou um Acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A., segundo o qual a Telefónica S.A. subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não foi alterada (mantendo-se em 46,18%), embora sua participação econômica passou a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO, S.p.A. e, portanto, todas as obrigações da Telefónica S.A. de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

No mesmo documento, os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. outorgaram à Telefónica S.A. uma opção de compra sobre a totalidade das suas ações da TELCO S.p.A., cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina), e poderá ser realizado a partir de 1º de janeiro de 2014, sempre que o Acordo de Acionistas continue em vigor, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro, ambos de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. solicitarem a cisão (cisão parcial) da sociedade.

Em 4 de dezembro de 2013, o CADE anunciou as seguintes decisões:

- 1) Aprovar, sujeito às restrições a seguir, a aquisição pela Telefónica S.A. da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA (PT) tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel brasileira Vivo Participações S.A. (Vivo Part.), sociedade incorporada pela Telefônica Brasil S.A..

A transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.

Essa decisão do CADE foi concedida sob a condição suspensiva de que:

- a) Um novo acionista da Vivo Part. passe a compartilhar com a Telefónica S.A. o controle da Vivo Part., em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV, ou;
 - b) Telefónica S.A. deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A..
- 2) Impor à Telefónica S.A. uma multa de R\$15 milhões, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefónica S.A. assinou com o CADE, como condição para a aprovação da operação inicial da aquisição na Telecom Itália em 2007, em virtude da subscrição e integralização pela Telefónica S.A. de ações sem direito a voto na TELCO, S.p.A. em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefónica S.A. a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A..

O calendário para o cumprimento das condições e obrigações impostas pelo CADE em ambas as decisões foi classificado como confidencial por aquele órgão.

Em 13 de dezembro de 2013, a Telefónica S.A. divulgou um fato relevante sobre as duas decisões adotadas pelo CADE em sua reunião de 4 de dezembro de 2013, afirmando que considerou que as medidas impostas não eram razoáveis e, em consequência, iniciou ações legais pertinentes ainda no mês de julho de 2014.

No mesmo sentido, e com o intuito de reforçar seu firme compromisso com as obrigações previamente assumidas pela Telefónica S.A. de manter-se afastada dos negócios da Telecom Itália no Brasil, a Telefónica S.A. enfatizou, em fato relevante, que o Sr. César Alierta Izuel e o Sr. Julio Linares López haviam decidido renunciar, com efeito imediato, ao posto de Conselheiros da Telecom Itália, S.p.A., e que o Sr. Julio Linares López decidiu renunciar, com efeito imediato, de sua posição na lista apresentada pela TELCO, S.p.A. para a potencial reeleição do Conselho de Administração da Telecom Itália, S.p.A..

Da mesma forma, a Telefónica S.A. informou em fato relevante que, sem prejuízo dos direitos reconhecidos no Acordo de Acionistas da TELCO, S.p.A., havia decidido não exercer, por enquanto, seu direito de nomear ou propor conselheiros da Telecom Itália, S.p.A..

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A implementação da cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO, S.p.A. no dia 9 de julho de 2014 e está sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil. A cisão, quando autorizada, será implementada por meio da versão da totalidade da participação atual da TELCO, S.p.A. no capital da Telecom Itália, S.p.A., para 4 (quatro) novas companhias, cada qual inteiramente detida por um dos atuais acionistas da TELCO, S.p.A., e cada qual destinada a ser titular de ações no capital da Telecom Itália, S.p.A. em quantidade proporcional à participação econômica atual de seu respectivo futuro controlador no capital social da TELCO, S.p.A..

As aprovações regulatórias no Brasil à cisão da TELCO, S.p.A., conforme acima referidas, estão sendo requeridas aos órgãos competentes. A cisão resultará na detenção pela Telefónica S.A., por meio da sociedade de propósito específico referida, de 14,77% de ações do capital com direito a voto da Telecom Itália, S.p.A., dos quais 8,3% das ações serão permutados com a Vivendi, na forma acima mencionada e 6,47% das ações que lastrearão debêntures emitidas pela Telefónica S.A. em julho de 2014, conversíveis no seu vencimento em ações da Telecom Itália, S.p.A..

f. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.a) Base de Apresentação

As Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas ITRs comparam os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2014 com 31 de dezembro de 2013.

Para a melhor apresentação e comparabilidade das informações das demonstrações de resultados consolidadas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram efetuadas algumas reclassificações entre os grupos “Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas”, “Despesas com Comercialização”, Despesas Gerais e Administrativas” e “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	Demonstração de resultados 30.09.13, divulgada em 30.09.13	Reclassificações	Demonstração de resultados 30.09.13, divulgada em 30.09.14
Receita operacional líquida	25.665.195	-	25.665.195
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(13.203.611)	(36.949)	(13.240.560)
Lucro bruto	12.461.584	(36.949)	12.424.635
Despesas com comercialização	(7.039.241)	37.371	(7.001.870)
Despesas gerais e administrativas	(1.680.193)	(27.991)	(1.708.184)
Outras receitas operacionais	430.817	-	430.817
Outras despesas operacionais	(682.736)	27.569	(655.167)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.790)	-	(4.790)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	3.485.441	-	3.485.441
Receitas financeiras	1.349.681	-	1.349.681
Despesas financeiras	(1.480.699)	-	(1.480.699)
Lucro antes dos tributos	3.354.423	-	3.354.423
Imposto de renda e contribuição social	(869.794)	-	(869.794)
Lucro líquido do exercício	2.484.629	-	2.484.629

Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária ocorrida em 1º de julho de 2013 descrita na nota 1c), as informações individuais (Controladora) das demonstrações de resultado de 30 de setembro de 2014 e 2013 não são comparáveis.

As ITRs individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo ou valor justo.

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e normas estabelecidas pela CVM.

A Diretoria, em reunião realizada em 3 de novembro de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de novembro de 2014.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 2014, descritos a seguir:

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Investment Entities (Entidades de Investimento): As revisões destas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A aplicação destas revisões não causa impactos na posição financeira da Companhia, uma vez que sua Controlada não se qualifica como entidade de investimento.

- IAS 32 Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação dessa revisão não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IAS 36 Recoverable Amount Disclosures for Non Financial Assets (Redução ao Valor Recuperável de Ativos): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e remove consequências não intencionais da IFRS 13 – *Fair Value Measurement* (Mensuração do Valor Justo) sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essa alteração exige a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessa revisão não causa impactos nas divulgações da Companhia.
- IAS 39 Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting (Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. A aplicação desta revisão não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IFRIC 21 Levies (Impostos): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014 e esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IFRS 2 Share Based Payments (Pagamento Baseado em Ações): As alterações desta norma mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação é efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IFRS 3 Business Combinations (Combinação de Negócios): As alterações desta norma mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros). Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. A Companhia irá considerar a aplicação destas alterações para qualquer combinação de negócios que ocorrer após 1º de julho de 2014.
- IFRS 8 Operating Segments (Operação por Segmento): As alterações desta norma estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados/agregados caso estejam de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e sua Controlada operam em um único segmento operacional, a aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes em sua posição financeira.

- IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo): A alteração desta norma está relacionada com a aplicação da exceção do portfólio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A alteração é prospectiva a partir 1º de julho de 2014. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IAS 16 Property, Plant and Equipment and IAS 38 Intangible Assets (Ativo Imobilizado e Ativo Intangível): As alterações dos itens IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarecem que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação/amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação/amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não causa impactos relevantes sobre a situação financeira ou operacional da Companhia. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado ou intangível não é permitida no Brasil, a aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IAS 24 Related Party Disclosures (Divulgações de Partes Relacionadas): A alteração desta norma esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.
- IAS 40 Investment Property (Propriedades de Investimento): A alteração desta norma esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): Esta norma, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e perdas estimadas para recuperação de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): O IASB divulgou o IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que não seja de aplicação obrigatória ainda.

2.b) Controladas (subsidiária integral e controladas em conjunto)

A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Telefônica Data S.A. (TData): Subsidiária integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, tais como; exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); exploração de soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, de valor adicionado ou quaisquer outros a eles relacionados, prestados ou fornecidos por terceiros; provimento de infraestrutura de telecomunicações para terceiros; gestão e/ou desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, nos termos da legislação vigente; prestação de serviço de intermediação de negócios em geral e prestação de serviço de suporte técnico em informática, incluindo consultoria, instalação e manutenção de bens, programas e serviços, licenciamento e sub-licenciamento de *softwares* de qualquer natureza, armazenamento e gerenciamento de dados e informações.

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010.

Companhia AIX de Participações (AIX): Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e Controlada foram eliminados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Caixa e contas bancárias	56.061	101.094	56.115	101.921
Aplicações financeiras	4.998.996	6.210.205	6.321.227	6.442.015
Total	5.055.057	6.311.299	6.377.342	6.543.936

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia possuía aplicações financeiras em garantia a empréstimos e processos judiciais nos montantes consolidados de R\$120.097 em 30 de setembro de 2014 (R\$106.455 em 31 de dezembro de 2013), registradas no ativo não circulante.

4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Valores faturados	4.693.753	4.084.617	5.190.904	4.581.188
Valores a faturar	1.851.006	1.777.871	1.989.162	1.890.485
Valores de interconexão	1.018.792	872.678	1.018.792	859.894
Contas a receber bruto	7.563.551	6.735.166	8.198.858	7.331.567
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.233.060)	(1.033.665)	(1.521.847)	(1.271.622)
Total	6.330.491	5.701.501	6.677.011	6.059.945
Circulante	6.135.068	5.541.023	6.380.422	5.802.859
Não circulante	195.423	160.478	296.589	257.086

A seguir, apresentamos os valores a receber líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
A vencer	4.473.767	4.131.549	4.775.254	4.398.791
Vencidas – 1 a 30 dias	893.219	756.787	920.660	795.389
Vencidas – 31 a 60 dias	313.050	266.192	325.323	289.783
Vencidas – 61 a 90 dias	188.329	162.436	193.280	166.105
Vencidas – 91 a 120 dias	136.535	59.244	139.930	62.122
Vencidas – mais de 120 dias	325.591	325.293	322.564	347.755
Total	6.330.491	5.701.501	6.677.011	6.059.945

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(1.033.665)	(1.271.622)
Ingressos, líquidos (nota 23)	(613.146)	(658.832)
Baixas	413.751	408.607
Saldo em 30.09.14	(1.233.060)	(1.521.847)

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluíam:

- Em 30 de setembro de 2014, R\$195.423 (R\$160.478 em 31 de dezembro de 2013), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de setembro de 2014, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$22.746 (R\$18.174 em 31 de dezembro de 2013).
- Em 30 de setembro de 2014, R\$101.166 (R\$96.608 em 31 de dezembro de 2013), referente ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro.

Os saldos consolidados das contas a receber, circulante e não circulante, referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Valor presente a receber	359.579	335.376
Receita financeira não realizada	5.936	7.058
Valor nominal a receber	365.515	342.434
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(118.184)	(99.791)
Valor líquido a receber	247.331	242.643
Circulante	146.165	146.035
Não circulante	101.166	96.608

O cronograma de vencimentos das contas a receber do produto “Soluciona TI” em 30 de setembro de 2014 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	258.413	258.413
A vencer até cinco anos	107.102	101.166
Total	365.515	359.579

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Materiais para consumo	65.299	55.431	66.272	58.492
Materiais para revenda (a)	479.862	459.949	501.956	498.803
Outros estoques	8.338	6.481	8.338	6.481
Total bruto	553.499	521.861	576.566	563.776
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(54.574)	(52.275)	(57.121)	(58.161)
Total	498.925	469.586	519.445	505.615

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(52.275)	(58.161)
Adições	(19.929)	(22.874)
Reversões	17.630	23.914
Saldo em 30.09.14	(54.574)	(57.121)

Os valores das adições/reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 23).

6. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
ICMS (a)	1.702.795	1.908.754	1.710.900	1.911.703
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	349.564	374.096	353.866	377.704
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	67.149	174.015	83.046	188.659
PIS e COFINS	59.955	62.449	62.514	63.816
Outros	17.794	17.871	21.167	18.468
Total	2.197.257	2.537.185	2.231.493	2.560.350
Circulante	1.865.334	2.168.797	1.899.570	2.191.962
Não circulante	331.923	368.388	331.923	368.388

- (a) Inclui os créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses), em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente, pela prestação de serviços, substituição tributária, diferencial de alíquota, entre outros.
- (b) Refere-se principalmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

6.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Tributo diferido ativo				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	21.252	122.321	76.849	262.915
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	1.434.839	1.322.244	1.440.214	1.327.288
Planos de benefícios pós emprego	152.311	143.537	152.311	143.537
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	290.480	241.203	299.410	245.556
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	186.893	164.518	188.746	166.174
Participação nos resultados	58.457	71.287	59.018	71.948
Depreciação acelerada contábil	157.996	154.181	157.996	154.181
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	11.702	10.884	12.568	12.885
Provisão para programa de fidelização	31.280	31.199	31.280	31.199
Carteira de clientes e marcas (nota 26)	311.141	-	311.141	-
Fornecedores e outras provisões	514.008	338.458	586.086	398.956
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	97.665	157.988	97.665	157.313
Total	3.268.024	2.757.820	3.413.284	2.971.952

Tributo diferido passivo				
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	(337.535)	(337.535)	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(262.430)	(308.490)	(262.430)	(308.490)
Carteira de clientes (nota 26)	-	(461.870)	-	(461.870)
Marcas e patentes (nota 26)	-	(479.548)	-	(479.548)
Licença	(933.813)	(719.780)	(933.813)	(719.780)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(678.738)	(568.338)	(678.738)	(568.338)
Ágios da Vivo Part.	(638.095)	(480.366)	(638.095)	(480.366)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(121.887)	(124.527)	(125.942)	(128.365)
Total	(2.972.498)	(3.480.454)	(2.976.553)	(3.484.292)
Total do tributo diferido ativo (passivo) líquido, não circulante	295.526	(722.634)	436.731	(512.340)
Tributo diferido ativo (passivo), líquido				
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Tributo diferido ativo líquido, não circulante	295.526	-	436.731	210.294
Tributo diferido passivo líquido, não circulante	-	(722.634)	-	(722.634)

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa: representado pelo montante registrado, pela Companhia e Controlada, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- IR e CS sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A seguir, demonstramos as movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total
Ativo Diferido						
Saldo em 31.12.13	122.321	2.635.499	2.757.820	262.915	2.709.037	2.971.952
Constituição	-	687.318	687.318	-	703.860	703.860
Baixas e realizações	(101.069)	(76.045)	(177.114)	(186.065)	(76.463)	(262.528)
Saldo em 30.09.14	21.252	3.246.772	3.268.024	76.850	3.336.434	3.413.284

	Controladora	Consolidado
Passivo Diferido		
Saldo em 31.12.13	(3.480.454)	(3.484.292)
Constituição	(481.760)	(483.660)
Baixas e realizações	1.004.816	1.004.599
Outros movimentos	(736)	1.164
Resultados abrangentes	(14.364)	(14.364)
Saldo em 30.09.14	(2.972.498)	(2.976.553)

O quadro a seguir apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	1.760	3.902	1.760	3.902
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superávitaros	-	19	-	221
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	(16.124)	1.952	(16.124)	1.952
Total	(14.364)	5.873	(14.364)	6.075

Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a lei nº 12.973/14, resultante da conversão da Medida Provisória nº 627/13. Esta lei regulamenta os efeitos fiscais decorrentes da adequação das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional definido pelo IFRS e encerra o Regime Transitório de Tributação (RTT), instituído pela lei nº 11.941/09.

Conforme facultado pela lei, a Companhia optará pela adoção de suas disposições, quando aplicáveis, a partir de 1º de janeiro de 2014. A opção será declarada à Receita Federal do Brasil (RFB) através da Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), nota 34.

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Depósitos judiciais				
Trabalhista	1.041.249	1.030.468	1.048.420	1.036.055
Tributário	2.591.769	2.348.179	2.609.527	2.364.913
Cível e regulatório (*)	885.527	815.735	886.324	816.743
Total	4.518.545	4.194.382	4.544.271	4.217.711
Bloqueios judiciais	116.099	96.130	117.955	97.572
Total	4.634.644	4.290.512	4.662.226	4.315.283
Circulante	187.421	166.928	187.421	166.928
Não Circulante	4.447.223	4.123.584	4.474.805	4.148.355

(*) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reclassificou o montante de R\$37.237 entre os grupos de "Depósitos e Bloqueios Judiciais" e "Licenças de Concessão", no ativo e passivo circulante, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia e Controlada mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$2.609.527 (R\$2.364.913 em 31 de dezembro de 2013). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Companhia e Controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$32.545 (R\$31.162 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$151.364 (R\$144.684 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e Controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$912.627 (R\$864.487 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de *tráfego sainte*; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$62.244 (R\$59.343 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$29.812 (R\$28.456 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e Controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$658.310 (R\$514.127 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$101.518 (R\$96.736 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$74.925 (R\$70.697 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (REFIS), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$53.920 (R\$51.648 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e Controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$387.722 (R\$371.373 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$94.799 (R\$38.259 em 31 de dezembro de 2013).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$49.741 (R\$93.941 em 31 de dezembro de 2013).

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Taxa fistel (a)	266.793	-	266.793	-
Propaganda e publicidade	60.336	167.873	60.336	167.873
Aluguéis	49.008	35.168	49.008	35.168
Seguros	42.055	29.212	43.304	29.733
Encargos financeiros	7.626	11.568	7.626	11.568
Manutenção de software, tributos e outras	59.469	35.801	60.569	38.308
Total	485.287	279.622	487.636	282.650
Circulante	458.016	254.743	459.401	257.286
Não circulante	27.271	24.879	28.235	25.364

- (a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2013 que foram pagos em março de 2014 e serão amortizados até o final do exercício.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Adiantamentos a empregados e fornecedores	87.936	64.101	88.481	64.991
Créditos com partes relacionadas (a)	780.111	297.198	90.621	97.748
Subsídio na venda de aparelhos celulares	21.482	55.716	21.482	55.716
Crédito com fornecedores	98.174	139.563	103.623	139.563
Superávit planos de benefícios pós emprego (nota 31)	19.932	17.769	20.081	17.909
Outros valores a realizar	70.570	86.492	103.804	92.037
Total	1.078.205	660.839	428.092	467.964
Circulante	932.485	533.272	283.148	340.171
Não circulante	145.720	127.567	144.944	127.793

- (a) Os montantes da Controladora contemplam valores a receber da TData, referente a arrecadação de serviços de telecomunicações (voz e dados), prestados pela Companhia.

10. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

a) Informações das investidas

	Em 30 de setembro de 2014				Em 31 de dezembro de 2013			
	Subsidiária integral	Empresas de controle em conjunto			Subsidiária integral	Empresas de controle em conjunto		
	TData	ACT	AIX	Aliança Atlântica	TData	ACT	AIX	Aliança Atlântica
Ativo								
Circulante	2.134.105	11	25.540	130.412	1.090.339	11	10.515	139.414
Não circulante	377.440	-	12.054	-	420.253	-	12.441	-
Total do ativo	2.511.545	11	37.594	130.412	1.510.592	11	22.956	139.414
Passivo								
Circulante	1.354.012	1	6.368	114	688.480	1	2.950	2.200
Não circulante	46.093	-	4.426	-	43.823	-	6.076	-
Patrimônio líquido	1.111.440	10	26.800	130.298	778.289	10	13.930	137.214
Total do passivo	2.511.545	11	37.594	130.412	1.510.592	11	22.956	139.414
Participação no patrimônio líquido								
Em 30 de setembro de 2014	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Em 31 de dezembro de 2013	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.09.14
Participações	853.866	525.753	(186.100)	(3.525)	1.189.994
Subsidiárias integrais	778.289	519.251	(186.100)	-	1.111.440
TData	778.289	519.251	(186.100)	-	1.111.440
Entidades controladas em conjunto	75.577	6.502	-	(3.525)	78.554
Aliança	68.607	67	-	(3.525)	65.149
AIX	6.965	6.435	-	-	13.400
ACT	5	-	-	-	5
Ágios (a)	212.058	-	-	-	212.058
Outras participações	10.772	-	-	(5.178)	5.594
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(5.178)	5.594
Total de investimentos na controladora	1.076.696	525.753	(186.100)	(8.703)	1.407.646
Aliança	68.607	67	-	(3.525)	65.149
AIX	6.965	6.435	-	-	13.400
ACT	5	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(5.178)	5.594
Total de investimentos no consolidado	86.349	6.502	-	(8.703)	84.148

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de setembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.844.501	(14.488.138)	2.356.363	16.851.730	(14.495.100)	2.356.630
Equipamentos e meios de transmissão	36.064.520	(26.720.304)	9.344.216	36.065.173	(26.720.758)	9.344.415
Equipamentos terminais/modens	10.577.332	(9.021.654)	1.555.678	10.619.250	(9.046.618)	1.572.632
Infraestrutura	13.267.684	(9.865.676)	3.402.008	13.278.563	(9.874.676)	3.403.887
Terrenos	314.350	-	314.350	314.350	-	314.350
Outros ativos imobilizados	3.275.703	(2.685.700)	590.003	3.423.262	(2.793.061)	630.201
Provisões para perda	(169.202)	-	(169.202)	(169.376)	-	(169.376)
Bens e instalações em andamento	2.013.248	-	2.013.248	2.016.773	-	2.016.773
Total	82.188.136	(62.781.472)	19.406.664	82.399.725	(62.930.213)	19.469.512

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.544.122	(14.179.182)	2.364.940	16.551.351	(14.186.061)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	34.246.583	(25.814.277)	8.432.306	34.247.236	(25.814.693)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	10.732.328	(9.276.479)	1.455.849	10.763.473	(9.295.416)	1.468.057
Infraestrutura	12.949.046	(9.482.838)	3.466.208	12.959.925	(9.491.430)	3.468.495
Terrenos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558
Outros ativos imobilizados	3.181.239	(2.582.931)	598.308	3.277.142	(2.682.185)	594.957
Provisões para perda	(168.124)	-	(168.124)	(169.979)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.913.860	-	1.913.860	1.967.726	-	1.967.726
Total	79.713.612	(61.335.707)	18.377.905	79.911.432	(61.469.785)	18.441.647

b) Movimentação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento
Saldos em 31.12.13	2.364.940	8.432.306	1.455.849	3.466.208	314.558	598.308	(168.124)	1.913.860
Adições	8.268	74.018	122.534	21.803	-	72.473	(594)	3.392.528
Baixas líquidas	(752)	(27.534)	(2.408)	(919)	(208)	(1.606)	-	(12.961)
Depreciação (b)	(327.091)	(998.018)	(668.245)	(397.931)	-	(156.426)	-	-
Transferências líquidas	310.998	1.863.444	647.948	312.847	-	77.254	(484)	(3.280.179)
Saldos em 30.09.14	2.356.363	9.344.216	1.555.678	3.402.008	314.350	590.003	(169.202)	2.013.248

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento
Saldos em 31.12.13	2.365.290	8.432.543	1.468.057	3.468.495	314.558	594.957	(169.979)	1.967.726
Adições	8.268	74.018	133.307	21.803	-	96.346	(594)	3.367.810
Baixas líquidas	(752)	(27.534)	(2.408)	(919)	(208)	(1.606)	1.681	(14.184)
Depreciação (b)	(327.174)	(998.056)	(674.272)	(398.339)	-	(164.602)	-	-
Transferências líquidas	310.998	1.863.444	647.948	312.847	-	105.106	(484)	(3.304.579)
Saldos em 30.09.14	2.356.630	9.344.415	1.572.632	3.403.887	314.350	630.201	(169.376)	2.016.773

(a) A Companhia e Controlada reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(b) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" na nota 23.

c) Taxas de depreciação

Em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das seguintes classes de ativos:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	
	Anterior	Revisada
Equipamentos de comutação	12,50 / 14,29	10,00 / 10,00
Equipamentos e meios de transmissão	10,00 / 12,50 / 12,50 / 14,29	5,00 / 5,00 / 10,00 / 10,00
Infraestrutura	2,86 / 4,00 / 4,00	2,50 / 2,50 / 5,00
Outros ativos imobilizados	14,29 / 20,00	10,00 / 25,00

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessas mudanças foram registrados de forma prospectiva a partir de maio de 2014. Conforme demonstrado no quadro anterior, essas mudanças representaram tanto um alargamento quanto uma diminuição, dependendo do caso, nos prazos de vida útil em relação aos praticados anteriormente, gerando uma redução na despesa de depreciação de R\$396.297 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

A seguir, apresentamos as taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Companhia e Controlada, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	
	Anterior	Revisada
Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33	10,00 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00	5,00 a 20,00
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67	10,00 a 66,67
Infraestrutura	2,86 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00	10,00 a 25,00

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R\$132.125 (R\$187.025 em 31 de dezembro de 2013).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de setembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.195.469 (R\$6.988.202 em 31 de dezembro de 2013), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

12. INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Ágios	10.013.222	10.013.222	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	18.432.288	19.273.769	18.435.330	19.277.779
Total	28.445.510	29.286.991	28.660.610	29.503.059

A seguir, apresentamos a composição dos ágios em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

<u>Origem</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
Total	10.013.222	10.225.280

- (a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytreet) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Part. ocorrida em 2011.

Em decorrência das incorporações das sociedades relacionadas aos ágios descritos acima, os valores dos ágios da controladora (exceto item (a) do quadro anterior), foram reclassificados do grupo de “Investimentos” para o “Intangível, Líquido”. Estes ágios são enquadrados como ativos intangíveis com vida útil indefinida e não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas para redução ao valor recuperável. Não houve a necessidade do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável para os períodos demonstrados acima.

b) Composição de Outros Intangíveis

Em 30 de setembro de 2014

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Softwares	10.949.289	(9.041.919)	1.907.370	10.986.028	(9.075.616)	1.910.412
Carteira de clientes	1.990.278	(818.260)	1.172.018	1.990.278	(818.260)	1.172.018
Marcas e Patentes	1.601.433	(254.136)	1.347.297	1.601.433	(254.136)	1.347.297
Licença	17.281.687	(3.323.200)	13.958.487	17.281.687	(3.323.200)	13.958.487
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.869)	157	152.026	(151.869)	157
Softwares em andamento	46.959	-	46.959	46.959	-	46.959
Total	32.021.672	(13.589.384)	18.432.288	32.058.411	(13.623.081)	18.435.330

Em 31 de dezembro de 2013

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Softwares	10.458.207	(8.474.583)	1.983.624	10.494.388	(8.506.754)	1.987.634
Carteira de clientes	1.990.278	(631.836)	1.358.442	1.990.278	(631.836)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.601.433	(190.980)	1.410.453	1.601.433	(190.980)	1.410.453
Licença	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.690)	336	152.026	(151.690)	336
Softwares em andamento	46.348	-	46.348	46.348	-	46.348
Total	31.487.087	(12.213.318)	19.273.769	31.523.268	(12.245.489)	19.277.779

c) Movimentação de Outros Intangíveis

	<u>Controladora</u>					
	<u>Softwares</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Licença</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	<u>Softwares em andamento</u>
Saldos em 31.12.13	1.983.624	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348
Adições	317.560	-	-	-	-	155.348
Baixas líquidas	(124)	-	-	-	-	-
Amortização (a)	(570.255)	(186.424)	(63.156)	(558.971)	(179)	-
Transferências líquidas	176.565	-	-	42.892	-	(154.737)
Saldos em 30.09.14	1.907.370	1.172.018	1.347.297	13.958.487	157	46.959

	Consolidado						Total
	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licença	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos em 31.12.13	1.987.634	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	19.277.779
Adições	318.118	-	-	-	-	155.348	473.466
Baixas líquidas	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Amortização (a)	(571.781)	(186.424)	(63.156)	(558.971)	(179)	-	(1.380.511)
Transferências líquidas	176.565	-	-	42.892	-	(154.737)	64.720
Saldos em 30.09.14	1.910.412	1.172.018	1.347.297	13.958.487	157	46.959	18.435.330

(a) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de “Depreciação e Amortização” na nota 23.

d) Taxas de amortização

Em conformidade com o CPC 4, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis com vida útil definida por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e das taxas anuais de amortização de *softwares* de 10,00% para 20,00%.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de maio de 2014, gerando um aumento na despesa de amortização de R\$2.436 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

A seguir, apresentamos as taxas de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida da Companhia e Controlada, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de amortização (%)	
	Anterior	Revisada
<i>Softwares</i>	10,00 a 20,00	20,00
Carteira de clientes	11,76	11,76
Marcas e patentes	5,13	5,13
Licenças	3,60 a 6,67	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	20,00

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Salários e remunerações	32.676	20.384	32.676	21.124
Encargos e benefícios sociais	341.359	226.448	344.867	228.099
Participação nos resultados	140.951	180.235	141.608	182.180
Planos de remuneração baseados em ações (a)	16.740	18.698	16.740	18.698
Total	531.726	445.765	535.891	450.101
Circulante	514.986	427.067	519.151	431.403
Não circulante	16.740	18.698	16.740	18.698

(a) Os montantes do passivo não circulante referem-se aos saldos dos planos de remuneração de ações, nota 30.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Fornecedores diversos	5.840.725	6.050.031	6.092.174	6.328.081
Valores a repassar	340.053	473.550	123.072	160.552
Interconexão / Interligação	458.702	425.376	458.702	425.376
Total	6.639.480	6.948.957	6.673.948	6.914.009

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Tributos sobre a renda	-	846	27.121	22.893
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	846	27.121	22.893
Tributos indiretos	1.388.553	1.320.511	1.441.347	1.367.345
ICMS	1.044.558	992.600	1.045.575	992.813
PIS e COFINS	184.688	195.660	226.366	235.573
Fust e Funttel	33.577	35.982	33.577	35.982
ISS, CIDE e outros tributos	125.730	96.269	135.829	102.977
Total	1.388.553	1.321.357	1.468.468	1.390.238
Circulante	1.199.313	1.269.105	1.255.007	1.315.164
Não circulante	189.240	52.252	213.461	75.074

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E DEBÊNTURES

16.1 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

	Informações em 30 de setembro de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	30.09.14	31.12.13
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0% a 9%	15/07/19	1.934.655	2.441.897
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	507.343	505.525
Financiamento – BNDES	R\$	2,5% a 8,7%	15/01/23	292.606	171.683
Empréstimo – Mediocrédito	US\$			-	3.547
Empréstimos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	02/03/15	910.256	885.176
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	147.751	224.958
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	286	276
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	224.412	218.878
Total				4.017.309	4.451.940
Circulante				1.783.816	1.236.784
Não circulante				2.233.493	3.215.156

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.

(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.

(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$272.796 (R\$579.691 em 31 de dezembro de 2013).

- Em agosto de 2007 foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$1.530.459. A totalidade destes recursos já foi sacada (parceladamente) e teve como finalidade o financiamento de projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência. Em agosto de 2014, este contrato foi totalmente liquidado pela Companhia.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro 2013 era de R\$205.756.

- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098 para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. Os recursos desta linha foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2014 de R\$14.360 (R\$15.920 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$2.136.700 (R\$2.158.016 em 31 de dezembro de 2013).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R\$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos foram utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2014 de R\$14.896 (R\$18.745 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$114.934 (R\$128.413 em 31 de dezembro de 2013).

Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$41.950. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com o prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2014 de R\$1.119 (R\$1.858 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$15.817 (R\$27.303 em 31 de dezembro de 2013).

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI).

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2014 em R\$253 (R\$287 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$1.541 (R\$1.720 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$21.783 e R\$331.698, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de setembro de 2014, foram liberados R\$188.124 (R\$18.184 em 31 de dezembro de 2013).

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2014 em R\$29.519 (R\$3.181 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$188.768 (R\$15.020 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (3,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2014 em R\$768 (R\$849 em 31 de dezembro de 2013), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$4.048 (R\$3.186 em 31 de dezembro de 2013).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Em fevereiro de 2014, este contrato foi totalmente quitado pela Companhia.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2013 era de R\$3.547.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US\$365 milhões na data da contratação). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$910.256 (R\$885.176 em 31 de dezembro de 2013).

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Os contratos têm prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2014 era de R\$147.751 (R\$224.958 em 31 de dezembro de 2013).

Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; ii) aluguel de equipamentos de informática e; iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Valor nominal a pagar	634.272	646.159
Despesa financeira não realizada	(409.860)	(427.281)
Valor presente a pagar	224.412	218.878
Circulante	19.914	19.342
Não circulante	204.498	199.536

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2014:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	22.308	19.914
Mais de um ano até cinco anos	99.912	69.614
Mais de cinco anos	512.052	134.884
Total	634.272	224.412

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

16.2 – Debêntures

	Informações em 30 de setembro de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Encargos	Vencimento	30.09.14	31.12.13
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	106,00% a 106,80% do CDI	15/10/15	771.046	748.233
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	102.592	95.351
Debêntures (1ª emissão) – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	80.645	76.722
Debêntures (3ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,75%	10/09/17	2.012.282	2.060.444
Debêntures (4ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,68%	25/04/18	1.363.581	1.322.900
Custo de emissões	R\$			(1.615)	(2.035)
Total				4.328.531	4.301.615
Circulante				309.501	286.929
Não circulante				4.019.030	4.014.686

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais. Foram emitidas 810.000 debêntures em 3 séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo com o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “*Bookbuilding*”.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da Companhia a 106,00% do CDI e de acordo com as outras condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Os custos de transação associados às estas emissões, cujo montante em 30 de setembro de 2014 era de R\$6 (R\$55 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

A repactuação da 1ª e 3ª séries está prevista para 15 de outubro de 2014 (nota 34).

Em 30 de setembro de 2014 o saldo era de R\$873.638 (R\$843.584 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo era de R\$80.645 (R\$76.722 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G) (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2014 era de R\$620 (R\$780 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo era de R\$2.012.282 (R\$2.060.444 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R\$ 1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% ao ano, base 252 dias úteis (Remuneração). A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão em 30 de setembro de 2014 eram de R\$989 (R\$1.200 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 o saldo era de R\$1.363.581 (R\$1.322.900 em 31 de dezembro de 2013).

16.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 30 de setembro de 2014 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Total
2015	790.049
2016	587.739
2017	2.545.069
2018	1.836.816
2019	336.260
2020 em diante	156.590
Total	6.252.523

16.4 – Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 16.1 e 16.2, respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de setembro de 2014 era de R\$2.439.782 (R\$2.943.462 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 1, 2 e 3, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2014 era de R\$873.632 (R\$843.529 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2014 era de R\$2.011.662 (R\$2.059.664 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2014 era de R\$1.362.592 (R\$1.321.700 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 30 de setembro de 2014 era de R\$80.645 (R\$76.722 em 31 de dezembro de 2013), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

16.5 - Garantias

Em 30 de setembro de 2014, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.934.655 (URTJLP) R\$507.343 (UMBND) R\$292.606 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (PSI) R\$292.606: alienação dos ativos financiados. Contrato (2011) R\$2.441.998: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$910.256	<ul style="list-style-type: none"> Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$147.751	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência.

16.6 – Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro.

	Controladora/Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	8.753.555
Ingressos	262.320	-	-	262.320
Encargos financeiros	167.394	338.054	25.489	530.937
Atualização monetária e cambial	61.749	8.440	-	70.189
Baixas (pagamentos)	(931.628)	(319.578)	(19.955)	(1.271.161)
Saldo em 30.09.14	3.792.897	4.328.531	224.412	8.345.840

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado
	30.09.14	31.12.13	31.12.13
Aliança	-	1.140	1.140
TData	245.306	59.206	-
Total	245.306	60.346	1.140

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	60.346	1.140
Dividendos complementares de 2013	186.100	-
Recebimentos de dividendos	(1.140)	(1.140)
Saldo em 30.09.14	245.306	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de investidas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Telefônica Internacional S.A.	215.223	192.990
SP Telecomunicações Participações Ltda	135.089	121.135
Telefônica S.A.	177.975	159.590
Telefônica Chile S.A.	427	382
Acionistas não controladores	697.767	713.459
Total	1.226.481	1.187.556

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.13	1.187.556
Dividendos complementares de 2013	1.175.538
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	720.419
Prescrição de dividendos e JSCP	(109.518)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.752.612)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.098
Saldo em 30.09.14	1.226.481

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

18. PROVISÕES

a) Composição/Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desimobilização (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.133.934	970.403	275.677	235.998	4.604.192
Ingressos	149.005	167.231	437.735	-	24.557	778.528
Baixas por pagamento	(121.287)	(64.021)	(174.953)	-	-	(360.261)
Baixas por reversão	(43.305)	(20.791)	(190.200)	(16.098)	(11.148)	(281.542)
Atualização monetária	34.162	125.445	69.824	14.073	-	243.504
Saldos em 30.09.14	1.006.755	2.341.798	1.112.809	273.652	249.407	4.984.421
Em 30.09.14						
Circulante	119.752	-	501.408	-	-	621.160
Não circulante	887.003	2.341.798	611.401	273.652	249.407	4.363.261
Em 31.12.13						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.133.934	501.712	275.677	235.998	4.042.789

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desimobilização (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.148.800	970.403	275.677	240.753	4.623.813
Ingressos	149.005	167.244	437.735	-	24.557	778.541
Baixas por pagamento	(121.287)	(64.021)	(174.953)	-	-	(360.261)
Baixas por reversão	(43.305)	(20.791)	(190.200)	(16.098)	(11.148)	(281.542)
Atualização monetária	34.162	126.382	69.824	14.073	-	244.441
Saldos em 30.09.14	1.006.755	2.357.614	1.112.809	273.652	254.162	5.004.992
Em 30.09.14						
Circulante	119.752	-	501.408	-	-	621.160
Não circulante	887.003	2.357.614	611.401	273.652	254.162	4.383.832
Em 31.12.13						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.148.800	501.712	275.677	240.753	4.062.410

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações S.A., em 2011.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a Controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e Controlada, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

18.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Provisões prováveis	1.006.755	988.180	1.006.755	988.180
Contingências possíveis	222.359	313.536	222.359	313.536

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2 Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>30.09.14</u>	<u>31.12.13</u>
Provisões prováveis	2.341.797	2.133.934	2.357.614	2.148.800
Federais	2.264.663	2.027.232	2.280.480	2.042.098
Estaduais	60.080	91.923	60.080	91.923
Municipais	17.054	14.779	17.054	14.779
Contingências possíveis	18.073.032	16.080.392	18.283.735	16.246.407
Federais	4.113.859	3.904.297	4.142.153	3.913.929
Estaduais	7.778.064	7.007.705	7.899.604	7.088.859
Municipais	645.044	579.556	646.630	580.853
Anatel	5.536.065	4.588.834	5.595.348	4.662.766

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) compensação de FINSOCIAL; (xi) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xii) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL).

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.280.480 (R\$2.042.098 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; e (vi) *cobilling*.

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$60.080 (R\$91.923 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas à (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$17.054 (R\$14.779 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; e (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH.

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.142.153 (R\$3.913.929 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$7.899.604 (R\$7.088.859 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$646.630 (R\$580.853 em 31 de dezembro de 2013).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$2.960.582 (R\$2.185.034 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia e Controlada mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 30 de setembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$701.167 (R\$664.386 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2014, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$1.928.414 (R\$1.811.104 em 31 de dezembro de 2013), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 30 de setembro de 2014, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.185 (R\$2.242 em 31 de dezembro de 2013).

18.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>30.09.14</u>	<u>31.12.13</u>
Provisões prováveis	1.112.809	970.403	1.112.809	970.403
Cíveis	730.798	599.868	730.798	599.868
Regulatórias	382.011	370.535	382.011	370.535
Contingências possíveis	4.309.645	3.366.707	4.309.645	3.366.707
Cíveis	2.009.602	1.681.450	2.009.602	1.681.450
Regulatórias	2.300.043	1.685.257	2.300.043	1.685.257

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2014 o montante consolidado provisionado era de R\$42.652 (R\$37.191 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2014 o montante consolidado provisionado era de R\$305.989 (R\$203.212 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R\$382.157 (R\$359.465 em 31 de dezembro de 2013).

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R\$382.011 (R\$370.535 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$322.327 em 30 de setembro de 2014 (R\$281.059 em 31 de dezembro de 2013). O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R\$1.676.666 (R\$1.383.932 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de setembro de 2014 um montante consolidado de R\$10.609 (R\$16.459 em 31 de dezembro de 2013).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas contra a Telemig (sociedade incorporada pela Vivo S.A.), tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2014 no montante consolidado de R\$2.300.043 (R\$1.685.257 em 31 de dezembro de 2013).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4 Garantias

A Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	Em 30 de setembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	132.125	4.662.226	2.552.676	187.025	4.352.520	2.263.773
Total	132.125	4.662.226	2.552.676	187.025	4.352.520	2.263.773

Em 30 de setembro de 2014, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$61.250 (R\$46.451 em 31 de dezembro de 2013).

19. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Receita de habilitação (a)	100.542	114.503	103.905	120.521
Serviços e mercadorias (b)	830.519	673.810	830.519	673.810
Alienação de ativos imobilizados (c)	123.641	123.063	123.641	123.063
Subvenções governamentais (d)	60.915	40.840	60.915	40.840
Programa de fidelização (e)	92.000	91.763	92.000	91.763
Doações de equipamentos (f)	7.640	11.076	7.640	11.076
Outras receitas	12.579	10.139	12.579	10.139
Total	1.227.836	1.065.194	1.231.199	1.071.212
Circulante	750.142	812.843	752.342	817.551
Não circulante	477.694	252.351	478.857	253.661

- Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui os montantes do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Autorizações (PGA), a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Retenções de terceiros	135.643	231.784	137.230	236.510
Valores a restituir a assinantes	44.669	52.418	48.866	56.746
Obrigações com partes relacionadas	326.362	257.519	102.441	105.164
Ônus de renovação de licenças	234.943	154.211	234.943	154.211
Outras obrigações	49.301	50.916	78.694	56.275
Total	790.918	746.848	602.174	608.906
Circulante	561.903	602.195	425.301	487.994
Não circulante	229.015	144.653	176.873	120.912

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	%, exceto ações em tesouraria
Telefónica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,52%	330.567.016	29,37%	29,43%
Telefónica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefónica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Total de empresas do grupo	350.127.371	91,76%	480.624.588	64,60%	830.751.959	73,81%	73,96%
Outros acionistas	31.208.300	8,18%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,99%	26,04%
Total de ações em circulação	381.335.671	99,93%	741.933.573	99,72%	1.123.269.244	99,79%	100,00%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%	0,00%
Total de ações	381.587.111	100,00%	744.014.819	100,00%	1.125.601.930	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação							
Em 30 de setembro de 2014					39,78		
Em 31 de dezembro de 2013					38,19		

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada (nota 34).

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 (três) exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$70.448.

c) Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$112.107.

d) Reservas de Lucro

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.285.797.

Reserva de Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.699.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos no montante de R\$1.043.000, com base nos lucros existentes no balanço do 4º trimestre de 2013, equivalente a R\$0,871008413012 por ação ordinária e R\$0,958109254313 por ação preferencial, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 10 de março de 2014, inclusive. O pagamento desses dividendos teve início em 27 de março de 2014.

Em 23 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2013, ainda não distribuídos, no montante de R\$132.538, equivalente a R\$0,110682844154 por ação ordinária e R\$0,121751128569 por ação preferencial, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO.

Em 18 de julho de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$298.000, com base no lucro do balanço de 31 de março de 2014, equivalente a R\$0,248859546574 por ação ordinária e R\$0,273745501232 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$253.300, equivalente a R\$0,211530614588 por ação ordinária e R\$0,232683676048 por ação preferencial, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014. O pagamento destes juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 31 de julho de 2014, inclusive.

Em 18 de agosto de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$299.385, com base no lucro do balanço de 30 de junho de 2014, equivalente a R\$0,250016158897 por ação ordinária e R\$0,275017774786 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$254.477, equivalente a R\$0,212513735063 por ação ordinária e R\$0,233765108568 por ação preferencial, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014. O pagamento destes juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 29 de agosto de 2014, inclusive.

Em 19 de setembro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$250.167, com base no lucro do balanço de 30 de junho de 2014, equivalente a R\$0,208914248952 por ação ordinária e R\$0,229805673848 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$212.642, equivalente a R\$0,177577111610 por ação ordinária e R\$0,195334822771 por ação preferencial, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014. O pagamento destes juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2014, inclusive.

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f) Outros Resultados Abrangentes

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. O saldo em 30 de setembro de 2014 era de (R\$6.076) e (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2013).
- Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. O saldo em 30 de setembro de 2014 era de R\$37.909 (R\$6.610 em 31 de dezembro de 2013).
- Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto). O saldo em 30 de setembro de 2014 era de R\$9.372 (R\$12.897 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes:

	Controladora/Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.13	(2.658)	6.610	12.897	16.849
Varição cambial	(3.418)	-	-	(3.418)
Contratos de futuros	-	31.299	-	31.299
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3.525)	(3.525)
Saldos em 30.09.14	(6.076)	37.909	9.372	41.205

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Serviço de telefonia	6.469.162	6.659.826	19.501.945	12.133.493
Uso de rede	666.568	907.590	2.108.758	1.580.852
Dados e SVAs	4.178.901	3.683.581	12.132.503	6.402.514
Serviços de TV	176.358	141.842	500.186	141.842
Outros serviços	243.351	287.277	729.911	649.686
Venda de mercadorias e aparelhos	748.724	729.926	2.304.524	729.926
Receita operacional bruta	12.483.064	12.410.042	37.277.827	21.638.313
Tributos	(3.032.999)	(2.958.232)	(8.956.930)	(4.972.423)
Descontos e devoluções	(1.259.375)	(1.173.373)	(3.811.915)	(2.103.102)
Deduções da receita operacional bruta	(4.292.374)	(4.131.605)	(12.768.845)	(7.075.525)
Receita operacional líquida	8.190.690	8.278.437	24.508.982	14.562.788

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Serviço de telefonia	6.469.149	6.656.056	19.501.906	19.706.466
Uso de rede	666.568	908.478	2.108.758	2.892.665
Dados e SVAs	4.667.324	4.086.049	13.529.269	11.945.587
Serviços de TV	176.358	141.842	500.186	435.674
Outros serviços (a)	305.013	347.714	909.232	997.067
Venda de mercadorias e aparelhos	825.773	783.077	2.491.247	2.572.695
Receita operacional bruta	13.110.185	12.923.216	39.040.598	38.550.154
Tributos	(3.125.554)	(3.127.916)	(9.269.680)	(9.378.554)
Descontos e devoluções	(1.260.716)	(1.177.094)	(3.818.479)	(3.506.405)
Deduções da receita operacional bruta	(4.386.270)	(4.305.010)	(13.088.159)	(12.884.959)
Receita operacional líquida	8.723.915	8.618.206	25.952.439	25.665.195

(a) Os montantes consolidados de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram de R\$112.801 e R\$51.151, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.09.14				30.09.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(114.806)	(387.233)	(121.379)	(623.418)	(119.557)	(346.445)	(146.277)	(612.279)
Materiais	(10.644)	(12.182)	(473)	(23.299)	(7.327)	(7.453)	(1.636)	(16.416)
Serviços de terceiros	(831.659)	(1.429.137)	(188.964)	(2.449.760)	(794.297)	(1.417.153)	(180.929)	(2.392.379)
Interconexão e uso de rede	(788.176)	-	-	(788.176)	(1.004.231)	-	-	(1.004.231)
Publicidade e propaganda	-	(251.182)	-	(251.182)	-	(220.361)	-	(220.361)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(401.669)	(34.400)	(43.986)	(480.055)	(374.529)	(31.362)	(51.680)	(457.571)
Impostos, taxas e contribuições	(409.764)	(647)	(30.488)	(440.899)	(404.661)	(698)	(36.776)	(442.135)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(216.461)	-	(216.461)	-	(158.654)	-	(158.654)
Depreciação e amortização	(1.011.006)	(215.258)	(78.236)	(1.304.500)	(1.052.723)	(204.541)	(107.218)	(1.364.482)
Custo das mercadorias vendidas	(466.319)	-	-	(466.319)	(468.184)	-	-	(468.184)
Outros custos e despesas operacionais	(7.857)	(40.896)	(877)	(49.630)	(8.217)	(26.747)	(16.433)	(51.397)
Total	(4.041.900)	(2.587.396)	(464.403)	(7.093.699)	(4.233.726)	(2.413.414)	(540.949)	(7.188.089)

	Controladora							
	Períodos de nove meses findos em							
	30.09.14				30.09.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(337.709)	(1.143.920)	(347.647)	(1.829.276)	(250.291)	(547.795)	(283.919)	(1.082.005)
Materiais	(32.632)	(37.062)	(1.445)	(71.139)	(28.087)	(7.941)	(2.547)	(38.575)
Serviços de terceiros	(2.476.162)	(4.244.167)	(557.540)	(7.277.869)	(1.672.055)	(2.291.779)	(315.409)	(4.279.243)
Interconexão e uso de rede	(2.451.373)	-	-	(2.451.373)	(2.660.251)	-	-	(2.660.251)
Publicidade e propaganda	-	(695.704)	-	(695.704)	-	(272.912)	-	(272.912)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(1.138.710)	(95.833)	(138.903)	(1.373.446)	(584.338)	(36.732)	(72.094)	(693.164)
Impostos, taxas e contribuições	(1.267.209)	(2.007)	(78.872)	(1.348.088)	(519.700)	(4.804)	(37.054)	(561.558)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(613.146)	-	(613.146)	-	(313.128)	-	(313.128)
Depreciação e amortização	(2.989.893)	(683.344)	(253.459)	(3.926.696)	(2.131.525)	(444.452)	(133.601)	(2.709.578)
Custo das mercadorias vendidas	(1.412.004)	-	-	(1.412.004)	(468.184)	-	-	(468.184)
Outros custos e despesas operacionais	(17.969)	(110.130)	(15.698)	(143.797)	(8.625)	(36.257)	(19.821)	(64.703)
Total	(12.123.661)	(7.625.313)	(1.393.564)	(21.142.538)	(8.323.056)	(3.955.800)	(864.445)	(13.143.301)

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.14				30.09.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(120.106)	(387.827)	(121.962)	(629.895)	(125.281)	(346.566)	(146.823)	(618.670)
Materiais	(11.132)	(12.182)	(474)	(23.788)	(10.091)	(7.453)	(1.637)	(19.181)
Serviços de terceiros	(1.004.031)	(1.435.151)	(194.112)	(2.633.294)	(961.345)	(1.440.636)	(185.907)	(2.587.888)
Interconexão e uso de rede	(798.536)	-	-	(798.536)	(1.021.689)	-	-	(1.021.689)
Publicidade e propaganda	-	(251.182)	-	(251.182)	-	(220.360)	-	(220.360)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(403.522)	(34.400)	(43.983)	(481.905)	(357.574)	(31.361)	(51.657)	(440.592)
Impostos, taxas e contribuições	(414.799)	(647)	(31.116)	(446.562)	(411.100)	(697)	(36.840)	(448.637)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(230.562)	-	(230.562)	-	(167.239)	-	(167.239)
Depreciação e amortização	(1.017.019)	(215.258)	(78.287)	(1.310.564)	(1.057.088)	(204.541)	(107.224)	(1.368.853)
Custo das mercadorias vendidas	(516.617)	-	-	(516.617)	(508.080)	-	-	(508.080)
Outros custos e despesas operacionais	(7.862)	(41.063)	(881)	(49.806)	(8.220)	(26.769)	(16.434)	(51.423)
Total	(4.293.624)	(2.608.272)	(470.815)	(7.372.711)	(4.460.468)	(2.445.622)	(546.522)	(7.452.612)

Consolidado								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.14				30.09.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(351.598)	(1.147.862)	(349.496)	(1.848.956)	(373.950)	(1.004.164)	(501.438)	(1.879.552)
Materiais	(34.622)	(37.062)	(1.446)	(73.130)	(35.035)	(33.252)	(5.848)	(74.135)
Serviços de terceiros	(2.995.629)	(4.253.888)	(575.600)	(7.825.117)	(2.725.067)	(3.987.917)	(618.833)	(7.331.817)
Interconexão e uso de rede	(2.451.486)	-	-	(2.451.486)	(2.909.655)	-	-	(2.909.655)
Publicidade e propaganda	-	(695.704)	-	(695.704)	-	(592.394)	-	(592.394)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(1.143.338)	(95.833)	(138.913)	(1.378.084)	(1.066.278)	(94.890)	(136.668)	(1.297.836)
Impostos, taxas e contribuições	(1.282.466)	(2.007)	(79.574)	(1.364.047)	(1.300.213)	(6.251)	(40.302)	(1.346.766)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(658.832)	-	(658.832)	-	(569.342)	-	(569.342)
Depreciação e amortização	(3.006.004)	(683.344)	(253.606)	(3.942.954)	(3.211.226)	(630.363)	(372.553)	(4.214.142)
Custo das mercadorias vendidas	(1.522.855)	-	-	(1.522.855)	(1.590.711)	-	-	(1.590.711)
Outros custos e despesas operacionais	(18.039)	(110.752)	(15.702)	(144.493)	(28.425)	(83.297)	(32.542)	(144.264)
Total	(12.806.037)	(7.685.284)	(1.414.337)	(21.905.658)	(13.240.560)	(7.001.870)	(1.708.184)	(21.950.614)

(a) Os montantes consolidados de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram de R\$112.801 e R\$51.151, respectivamente (nota 22).

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em
	30.09.14	30.09.13	30.09.14 30.09.13
Multas e despesas recuperadas	99.890	76.275	283.195 148.628
Provisões desmobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(184.778)	(206.001)	(588.554) (466.611)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(11.097)	(8.306)	(25.663) 51.111
Outras receitas (despesas)	(27.993)	(10.281)	(33.169) (7.463)
Total	(123.978)	(148.313)	(364.191) (274.335)
Outras receitas operacionais	122.890	85.053	347.722 237.183
Outras despesas operacionais	(246.868)	(233.366)	(711.913) (511.518)
Total	(123.978)	(148.313)	(364.191) (274.335)

Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em
	30.09.14	30.09.13	30.09.14 30.09.13
Multas e despesas recuperadas	104.417	76.656	310.670 251.236
Provisões desmobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(185.111)	(211.132)	(589.925) (577.344)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	(5.190)	(10.939)	(20.632) 118.584
Outras receitas (despesas)	(28.326)	(7.775)	(33.991) (16.826)
Total	(114.210)	(153.190)	(333.878) (224.350)
Outras receitas operacionais	127.417	83.892	375.279 430.817
Outras despesas operacionais	(241.627)	(237.082)	(709.157) (655.167)
Total	(114.210)	(153.190)	(333.878) (224.350)

- (a) Os valores consolidados dos primeiros nove meses de 2013 incluem R\$40.831 referente à alienação de 93 torres de transmissão não estratégicas. Após a transação da venda destes ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17. Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	136.888	179.689	395.984	299.990
Ganho com operações de derivativos	223.559	181.817	431.602	227.645
Juros ativos	39.548	28.332	101.263	72.425
Variações monetárias/cambiais ativas	75.802	160.245	341.037	203.915
Outras receitas financeiras	27.677	43.563	84.101	52.747
	<u>503.474</u>	<u>593.646</u>	<u>1.353.987</u>	<u>856.722</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(211.359)	(215.718)	(614.650)	(430.178)
Perdas com operações de derivativos	(101.624)	(184.646)	(425.343)	(212.134)
Variações monetárias/cambiais passivas	(245.376)	(180.522)	(474.460)	(287.361)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	-	(20.073)
Outras despesas financeiras	(56.446)	(60.141)	(192.096)	(80.783)
	<u>(614.805)</u>	<u>(641.027)</u>	<u>(1.706.549)</u>	<u>(1.030.529)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(111.331)</u>	<u>(47.381)</u>	<u>(352.562)</u>	<u>(173.807)</u>

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	166.723	180.432	456.219	431.966
Ganho com operações de derivativos	223.559	181.818	431.602	378.459
Juros ativos	39.791	28.652	101.263	157.555
Variações monetárias/cambiais ativas	76.761	160.743	342.828	269.146
Outras receitas financeiras	33.170	49.040	100.616	112.555
	<u>540.004</u>	<u>600.685</u>	<u>1.432.528</u>	<u>1.349.681</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(211.734)	(227.475)	(615.834)	(589.351)
Perdas com operações de derivativos	(101.624)	(184.646)	(425.343)	(292.442)
Variações monetárias/cambiais passivas	(246.273)	(180.637)	(475.361)	(452.330)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	-	(20.073)
Outras despesas financeiras	(56.765)	(48.882)	(192.760)	(126.503)
	<u>(616.396)</u>	<u>(641.640)</u>	<u>(1.709.298)</u>	<u>(1.480.699)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(76.392)</u>	<u>(40.955)</u>	<u>(276.770)</u>	<u>(131.018)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e Controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro).

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Lucro antes dos tributos	1.064.082	924.681	3.175.444	2.802.688
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(361.788)	(314.392)	(1.079.651)	(952.914)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	68.816	10.210	178.756	548.877
Dividendos prescritos	-	-	(3.722)	(3.490)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(33.376)	(24.889)	(90.506)	(26.329)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	-	1.195.989	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	288.168	149.600	288.168	149.600
Outras (adições) exclusões	(3.577)	14.989	11.270	(33.803)
Despesa tributária	(41.757)	(164.482)	500.304	(318.059)
Taxa efetiva	3,9%	17,8%	-15,8%	11,3%
IRPJ e CSLL corrente	77.073	151.072	(532.956)	(2.505)
IRPJ e CSLL diferido	(118.830)	(315.554)	1.033.260	(315.554)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Lucro antes dos tributos	1.165.645	968.720	3.442.635	3.354.423
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(396.319)	(329.365)	(1.170.496)	(1.140.504)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	1.715	(928)	2.211	(1.629)
Dividendos prescritos	-	-	(3.722)	(3.490)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	34	-	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(34.033)	(24.887)	(91.180)	(93.735)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	(17.550)	-	238.262
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(654)	-	(24.949)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	-	1.195.989	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	288.168	149.600	288.168	149.600
Outras (adições) exclusões	(2.851)	15.229	12.143	6.651
Despesa tributária	(143.320)	(208.521)	233.113	(869.794)
Taxa efetiva	12,3%	21,5%	-6,8%	25,9%
IRPJ e CSLL corrente	16.294	(32.855)	(729.158)	(549.132)
IRPJ e CSLL diferido	(159.614)	(175.666)	962.271	(320.662)

- (a) Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios, representando um efeito líquido positivo no resultado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$1.195.989.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos períodos. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

A seguir, apresentamos os cálculos do lucro por ação da Companhia:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.022.325	760.199	3.675.748	2.484.629
Ordinárias	325.562	242.088	1.170.553	791.238
Preferenciais	696.763	518.111	2.505.195	1.693.391
Número de Ações:	1.123.269	1.123.269	1.123.269	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.335	381.335	381.335	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	741.934	741.934	741.934	741.934
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias	0,85	0,63	3,07	2,07
Ações preferenciais	0,94	0,70	3,38	2,28

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

28.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefônica;
- b) Gastos repercutidos repassados à Companhia pela Media Networks Latino América e Telefônica Del Peru;
- c) Serviços de TV digital prestados pela Media Networks Latino América;
- d) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;
- e) Serviços corporativos repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- f) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas prestados pela Telefônica Global Technology;
- g) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão prestados pela Telefônica International Wholesale Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica Usa;
- h) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos) prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- i) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy* prestados pela Telefônica Transportes e Logística;
- j) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz prestados pela Terra Networks Brasil;
- k) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas prestados para Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica Usa;

- l) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) Reembolso de despesas provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- n) Cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- o) Plano de ações aos empregados da Companhia e TData, vinculado à aquisição de ações da Telefónica S.A.;
- p) Reembolso de gastos referentes ao negócio digital para a Telefónica Internacional; e
- q) Aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

Para as transações acima, os preços praticados e demais condições comerciais são acordados em contratos entre as partes.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		30.09.14			31.12.13		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
		Contas a receber, líquidas	Outros ativos		Contas a receber, líquidas	Outros ativos	
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	m)	1.434	10.981	4.066	28	183	6.717
Telefónica Internacional	m)	-	-	57.793	-	154	38.386
Telefónica	m) / o)	52	10	-	-	1.361	179
		1.486	10.991	61.859	28	1.698	45.282
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	k)	2.909	-	-	2.612	-	-
Telefónica Chile	l)	1.997	1.074	-	-	4.808	-
Telefónica de España	l)	-	-	-	230	-	-
Telefónica Peru	b) / l)	-	-	-	1.573	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / e) / m)	1.205	34	350	1.320	1.903	472
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / e) / m)	5.956	39	76	6.966	139	344
Telefónica International Wholesale Services Espanha	k)	45.648	-	-	48.267	-	-
Telefónica Moviles España	l)	8.350	-	-	6.335	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / e) / m) / q)	18.941	56	1.421	2.579	15.284	2.837
Telefónica Transportes e Logística	a) / e) / m) / q)	560	12	66	530	146	64
Terra Networks Brasil	a) / e) / m)	11.259	42	18	2.561	5.682	106
Outras	a) / e) / l) / m)	40.631	945	13.638	25.352	5.372	13.611
		137.456	2.202	15.569	98.325	33.334	17.434
Total		138.942	13.193	77.428	98.353	35.032	62.716

Balço Patrimonial - Passivo							
		30.09.14			31.12.13		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	e) / m)	3.724	1.941	5.553	50.120	-	6.483
Telefónica Internacional	m) / p)	75.435	-	-	214.523	-	-
Telefónica	n)	4.078	89.133	2.141	1.772	84.754	2.035
		83.237	91.074	7.694	266.415	84.754	8.518
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	g)	65	-	127	716	31	121
Telefónica de Espanha	l)	-	-	-	441	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	d)	2.238	-	8	3.550	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	g)	55.566	1.301	378	75.485	-	391
Telefónica International Wholesale Services Espanha	g) / l)	50.938	-	-	17.842	9.986	-
Telefónica Mviles Espanha	l)	6.744	-	-	5.468	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	h) / m)	14.550	-	552	11.701	36	-
Telefónica Transportes e Logística	i)	23.671	-	259	25.163	1	270
Terra Networks Brasil	j)	2.062	-	266	883	-	266
Outras	c) / f) / l)	91.289	168	614	49.281	146	636
		247.123	1.469	2.204	190.530	10.200	1.692
Total		330.360	92.543	9.898	456.945	94.954	10.210

Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)					
		Períodos de nove meses findos em			
		30.09.14		30.09.13	
		Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Empresas	Natureza da transação				
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	e) / m)	-	(17.866)	-	(34.238)
Telefónica Internacional	m) / p)	537	69.358	1.017	(85.097)
Telefónica	m) / n)	7.617	(257.638)	2.062	(225.861)
		8.154	(206.146)	3.079	(345.196)
Outras empresas do grupo					
Telefónica Usa	g) / k)	2.507	(805)	5.234	-
Telefónica Chile	l)	-	(107)	855	-
Telefónica de Espanha	l)	-	(77)	890	(1.372)
Telefónica Del Peru	b) / l)	(67)	18	81	(84)
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / e) / m)	1.706	(6.102)	1.839	(6.754)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / e) / g) / m)	9.216	(145.774)	6.176	(144.983)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	g) / k) / l)	43.219	(39.057)	33.873	(21.215)
Telefónica Mviles Espanha	l)	3.039	(3.087)	2.312	(2.736)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / e) / h) / m) / q)	2.920	(50.279)	4.033	(62.837)
Telefónica Transportes e Logística	a) / e) / i) / m) / q)	223	(59.258)	792	(62.339)
Terra Networks Brasil	a) / e) / j) / m)	3.484	1.800	2.740	(1.742)
Outras	a) / b) / c) / e) / f) / l) / m)	15.376	(64.963)	9.604	(34.896)
		81.623	(367.691)	68.429	(338.958)
Total		89.777	(573.837)	71.508	(684.154)

28.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi de aproximadamente R\$16.745 e R\$24.829, respectivamente. Destes montantes, R\$12.747 (R\$22.082 em 30 de setembro de 2013) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$3.998 (R\$2.747 em 30 de setembro de 2013) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 23).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. SEGUROS

A política da Companhia e Controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2014, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$679.810 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$55.062 para responsabilidade civil geral (RCG).

30. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e TData.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* (PSP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho (“Data de Início”) e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início (“Data de Finalização”). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.

- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2013 ocorreu o vencimento do quinto ciclo deste plano de incentivos (5º ciclo – 1º de julho de 2010). Devido ao não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR, não foram entregues ações aos executivos.

b) Plano Performance & Investment Plan (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estendeu até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido:
 - serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
 - não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

Devido ao não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR para o 1º ciclo, iniciado em 1º de julho de 2011, não foram entregues ações aos executivos.

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 30 de setembro de 2014 é o seguinte:

Ciclos	Quantidade de ações	Valor unitário em Euros	Data da finalização
2º ciclo 1º de julho de 2012	672.675	8,28	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	477.010	10,39	30 de junho de 2016

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefónica Brasil e Controlada. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012 e o número total de empregados da Telefónica Brasil e Controlada inscritos no plano totaliza 1.839.

A Companhia e Controlada registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, conforme segue:

Planos	Períodos de nove meses findos em	
	30.09.14	30.09.13
PSP	-	653
PIP	6.778	9.111
GESP	1.776	1.689
Total	8.554	11.453

31. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefonica Data

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) Telefônica BD (que incorporou os planos PBS-Telesp, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO e PBS Tele Leste Celular); v) PBS Tele Sudeste Celular e; vi) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
Telefônica BD	11,57
PBS Tele Sudeste Celular	12,08
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e Controlada, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e Controlada são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e Controlada para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Companhia também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

A seguir, demonstramos a movimentação consolidada dos planos superavitários e deficitários:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.13	17.909	(370.351)	(352.442)
Custo do serviço corrente	(1.856)	(67)	(1.923)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.584	(29.702)	(28.118)
Efeitos em resultados abrangentes	2.444	3.964	6.408
Saldos em 30.09.14	20.081	(396.156)	(376.075)

A seguir, apresentamos os saldos consolidados dos ativos (passivos) atuariais registrados:

Plano	Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
CTB	(48.983)	(49.158)
PAMA	(347.173)	(321.193)
PBS	5.671	4.720
VISÃO	7.310	6.674
PREV	7.100	6.515
Saldos líquidos de ativos (passivos) atuariais	(376.075)	(352.442)

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e Controlada procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2014:

	Consolidado						
	Valor justo			Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado		
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	-	-	-	6.377.342	-	-	6.377.342
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	6.380.422	-	-	6.380.422
Operações com derivativos (nota 32)	12.903	312.140	-	-	-	325.043	325.043
Não Circulante							
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	296.589	-	-	296.589
Participações societárias (nota 10)	-	-	84.148	-	84.148	-	84.148
Operações com derivativos (nota 32)	43.688	124.089	-	-	-	167.777	167.777
Total de ativos financeiros	56.591	436.229	84.148	13.054.353	84.148	492.820	13.631.321
	Consolidado						
	Valor justo			Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Coberturas	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado		
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores (nota 14)	-	-	-	6.673.948	-	-	6.673.948
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	-	-	1.783.816	-	-	1.783.816
Debêntures (nota 16.2)	-	-	-	309.501	-	-	309.501
Operações com derivativos (nota 32)	-	3.269	-	-	13.471	16.740	16.740
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	-	-	2.233.493	-	-	2.233.493
Debêntures (nota 16.2)	-	-	-	4.019.030	-	-	4.019.030
Operações com derivativos (nota 32)	-	-	-	-	16.747	16.747	16.747
Total de passivos financeiros	3.269	15.019.788	30.218	15.019.788	30.218	33.487	15.053.275

Em 31 de dezembro de 2013:

	Consolidado						
	Valor justo			Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado		
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	-	-	-	6.543.936	-	-	6.543.936
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	5.802.859	-	-	5.802.859
Operações com derivativos (nota 32)	893	88.606	-	-	-	89.499	89.499
Não Circulante							
Contas a receber, líquidas (nota 4)	-	-	-	257.086	-	-	257.086
Participações societárias (nota 10)	-	-	86.349	-	86.349	-	86.349
Operações com derivativos (nota 32)	-	329.652	-	-	-	329.652	329.652
Total de ativos financeiros	893	418.258	86.349	12.603.881	86.349	419.151	13.109.381

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	-	6.914.009	-	-	6.914.009	6.914.009
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	1.236.784	-	-	1.236.784	1.417.911
Debêntures (nota 16.2)	-	286.929	-	-	286.929	588.116
Operações com derivativos (nota 32)	871	-	43.592	44.463	44.463	44.463
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 16.1)	-	3.215.156	-	-	3.215.156	2.923.290
Debêntures (nota 16.2)	-	4.014.686	-	-	4.014.686	3.698.203
Operações com derivativos (nota 32)	-	-	24.807	24.807	24.807	24.807
Total de passivos financeiros	871	15.667.564	68.399	69.270	15.736.834	15.610.799

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 16) operações com derivativos (nota 32), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 3) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Caixa e equivalentes de caixa	6.377.342	6.543.936
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à dívida)	(8.746.326)	(8.343.761)
Endividamento líquido	2.368.984	1.799.825
Patrimônio líquido	44.680.974	42.894.442
Índice de endividamento líquido	5,30%	4,20%

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2014, 17,0% (15,9% em 31 de dezembro de 2013) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.417.884 e R\$1.394.523 em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$28.498 mil e €26.707 mil a pagar em 30 de setembro de 2014 e US\$34.500 mil e €2.490 mil a pagar em 31 de dezembro de 2013) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$6.321.227 (R\$6.442.015 em 31 de dezembro de 2013), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 16, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de clientes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Consolidado				Efeito acumulado	
		Valor de referência		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
		30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira		10.451.617	1.339.270	11.077.796	1.843.352	453.722	393.232
Citibank	US\$	181.230	181.230	249.972	240.175	63.722	62.099
Votorantim	US\$	96.638	2.464	187.129	3.547	-	-
Santander	US\$	24.005	5	24.472	5	-	-
Bradesco	US\$	394.501	474.281	553.168	626.463	52.450	50.883
Itaú	US\$	4.512	36.656	4.894	37.182	343	394
JP Morgan	US\$	443.207	443.207	660.284	645.001	213.853	204.720
Bradesco	EUR	-	12.888	-	12.913	-	-
Itaú	EUR	-	5.506	-	5.481	-	-
JP Morgan	EUR	2.964.262	-	2.963.893	-	15.344	-
Citibank	EUR	154.507	-	155.846	-	764	-
Santander	EUR	2.510.413	-	2.509.693	-	12.196	-
Societe Generale	EUR	2.736.242	-	2.735.901	-	14.807	-
Morgan Stanley	EUR	304.027	-	303.989	-	1.341	-
Bradesco	LIBOR US\$	179.533	179.533	262.741	264.615	78.902	75.136
Itaú	JPY	458.540	3.500	465.814	7.970	-	-
Taxa pós		737.350	736.169	704.081	713.292	(13.171)	4.438
Bradesco	CDI	-	15.530	-	15.518	-	89
Itaú	CDI	-	20.639	-	20.769	-	-
Citibank	CDI	35.848	-	36.071	-	-	-
Votorantim	CDI	25.596	-	25.591	-	(53)	-
HSBC	TJLP	96.667	100.000	91.774	96.715	102	552
Citibank	TJLP	193.333	200.000	183.548	193.430	(5.613)	1.233
Santander	TJLP	289.239	300.000	275.323	290.145	(7.709)	2.012
Itaú	TJLP	96.667	100.000	91.774	96.715	102	552
Índices de inflação		262.060	232.714	306.573	251.282	20.804	21.481
Itaú	IPCA	107.001	72.000	139.444	95.351	22.777	21.159
Santander	IPCA	155.059	160.714	167.129	155.931	(1.973)	322
Ponta Passiva							
Taxa pós		(10.812.953)	(2.083.238)	(10.853.233)	(2.148.818)	1.589	(66.145)
Citibank	CDI	(564.918)	(381.230)	(520.521)	(377.847)	(27)	(7.574)
Votorantim	CDI	(122.234)	(2.464)	(200.736)	(7.335)	12.038	(3.788)
HSBC	CDI	(96.667)	(100.000)	(94.885)	(98.891)	(3.212)	(2.727)
Bradesco	CDI	(394.501)	(487.169)	(427.755)	(537.975)	(3.589)	(21.932)
Itaú	CDI	(208.179)	(208.454)	(216.448)	(215.479)	(3.556)	(2.855)
Santander	CDI	(2.978.716)	(460.714)	(2.974.169)	(456.982)	(65)	(13.240)
JP Morgan	CDI	(3.407.469)	(443.207)	(3.394.977)	(454.309)	-	(14.029)
Societe Generale	CDI	(2.736.242)	-	(2.721.094)	-	-	-
Morgan Stanley	CDI	(304.027)	-	(302.648)	-	-	-
Moeda estrangeira		(599.796)	(224.911)	(765.887)	(309.221)	(3.611)	(3.125)
Bradesco	LIBOR US\$	(179.533)	(179.533)	(262.741)	(264.615)	(2.350)	(2.687)
Bradesco	US\$	-	(15.530)	-	(15.429)	-	-
Itaú	US\$	(420.263)	(24.139)	(463.934)	(23.366)	1.880	(373)
Citibank	US\$	-	-	(39.212)	-	(3.141)	-
Itaú	EUR	-	(5.709)	-	(5.811)	-	(65)
Ponta ativa						492.820	419.151
Ponta passiva						(33.487)	(69.270)
Valores a receber, líquidos						459.333	349.881

a) Swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.441.676) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.417.884).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$154.104) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 28 de agosto de 2014, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e Dólar (valor contábil de R\$68.949 em dólar e R\$82.368 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$102.592) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$102.592).

d) *Swap* TJLP x CDI (R\$642.419) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$659.788).

e) *Swap* IPCA x CDI (R\$203.981 – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo de mercado R\$204.750).

f) *NDF* EUR x R\$ (R\$9.126.998) – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros de um compromisso firme assumido na operação de compra da GVT. O valor exato do pagamento será baseado no balanço da GVT, na data da aprovação das autoridades competentes (ANATEL e CADE), portanto a data de pagamento também é incerta.

A seguir, segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de setembro de 2014:

<u>Contrato de swap</u>	<u>Vencimento em</u>				Valor a receber (pagar) em 30.09.14
	2014	2015	2016	2017 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	76.677	221.969	21.030	96.141	415.817
Votorantim	12.038	-	-	-	12.038
Bradesco	126	8.116	21.030	96.141	125.413
JP Morgan	-	213.853	-	-	213.853
Santander	475	-	-	-	475
Citibank	63.695	-	-	-	63.695
Itaú	343	-	-	-	343
CDI x Moeda Estrangeira	(3.194)	-	-	-	(3.194)
Citibank	(3.141)	-	-	-	(3.141)
Votorantim	(53)	-	-	-	(53)
FOWARD	(454)	46.247	-	-	45.793
Itaú	(454)	2.334	-	-	1.880
Santander	-	11.657	-	-	11.657
Societe Generale	-	14.807	-	-	14.807
JP Morgan	-	15.344	-	-	15.344
Morgan Stanley	-	1.341	-	-	1.341
Citibank	-	764	-	-	764
TJLP x CDI	(2.020)	(9.111)	(6.088)	(2.323)	(19.542)
Citibank	(581)	(2.614)	(1.747)	(671)	(5.613)
HSBC	(327)	(1.423)	(952)	(408)	(3.110)
Santander	(785)	(3.651)	(2.437)	(836)	(7.709)
Itaú	(327)	(1.423)	(952)	(408)	(3.110)
IPCA x CDI	22.561	(57)	27	(2.072)	20.459
Itaú	22.569	(26)	(5)	(105)	22.433
Santander	(8)	(31)	32	(1.967)	(1.974)
Total	93.570	259.048	14.969	91.746	459.333

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2014 foi de R\$1.491 (R\$965 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, as operações com derivativos geraram resultados positivos consolidados (líquidos) de R\$6.259 e R\$86.017, respectivamente, conforme nota 25.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Consolidado		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Operação	Risco			
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	910.256	1.139.098	1.368.458
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(910.256)	(1.139.098)	(1.368.458)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	81.874	102.345	122.817
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(91.773)	(114.716)	(137.659)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	9.405	11.756	14.108
	Exposição Líquida	(494)	(615)	(734)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	9.252.279	11.565.349	13.878.419
Compromisso firme em EUR	Dívida EUR (Risco valorização EUR)	(9.252.279)	(11.565.349)	(13.878.419)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	72.230	90.316	108.414
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(143.553)	(179.441)	(215.330)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	73.704	92.130	110.556
	Exposição Líquida	2.381	3.005	3.640
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	306.574	326.625	350.165
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(306.777)	(326.995)	(350.657)
	Exposição Líquida	(203)	(370)	(492)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	552.714	700.990	853.676
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(553.474)	(701.898)	(854.712)
	Exposição Líquida	(760)	(908)	(1.036)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	642.419	685.862	727.984
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(642.419)	(685.862)	(727.984)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(632.678)	(632.447)	(632.222)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(144.470)	(144.454)	(144.437)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(427.755)	(433.543)	(438.762)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(661.963)	(662.599)	(663.182)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(286.114)	(286.123)	(286.132)
	Exposição líquida	(2.152.980)	(2.159.166)	(2.164.735)
Exposição líquida total em cada cenário		(2.152.056)	(2.158.054)	(2.163.357)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(5.998)	(11.301)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
USD	2,4510	3,0638	3,6765
EUR	3,0841	3,8551	4,6261
JPY	0,0224	0,0279	0,0335
IPCA	6,60%	8,25%	9,90%
UMBND	0,0479	0,0598	0,0718
URTJLP	1,9741	2,4676	2,9611
CDI	10,81%	13,51%	16,22%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2014, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

33. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUEIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e sites onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 30 de setembro de 2014, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$5.515.023 e R\$10.010.759, na controladora e consolidado, respectivamente, conforme prazos a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	979.501	1.487.654
Um ano até cinco anos	2.995.541	4.501.497
Mais de cinco anos	1.539.981	4.021.608
Total	5.515.023	10.010.759

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre o capital próprio intermediários

Em 20 de outubro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$305.772, com base no lucro do balanço de 30 de junho de 2014, equivalente a R\$0,255349937165 por ação ordinária e R\$0,280884930882 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$259.906, equivalente a R\$0,217047446591 por ação ordinária e R\$0,238752191250 por ação preferencial, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014. O pagamento destes juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 31 de outubro de 2014, inclusive.

Repactuação da 1ª e 3ª séries da 4ª Emissão Pública de Debêntures

Em 3 de outubro de 2014, a Companhia comunicou aos debenturistas, conforme já divulgado por meio do Aviso aos Debenturistas da 1ª e 3ª Séries da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, datado de 10 de setembro de 2014, que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de setembro de 2014, aprovou as seguintes condições da segunda repactuação das debêntures da 1ª Série e as condições da primeira repactuação das debêntures da 3ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia:

- Condições da segunda repactuação das debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia (código VIVO14)

(i) Remuneração: durante o novo período de vigência da remuneração, as debêntures farão jus a uma remuneração de 98% da taxa CDI, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.4.2.5 da Escritura da 4ª Emissão.

(ii) Novo período de vigência da remuneração: o novo período de vigência da remuneração será de 60 meses, a contar de 15 de outubro de 2014 até 15 de outubro de 2019, intervalo de tempo em que permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas, sendo que não haverá nova repactuação até o seu vencimento final.

- Condições da primeira repactuação das debêntures da 3ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia (código VIVO34)

(i) Remuneração: durante o novo período de vigência da remuneração, as debêntures farão jus a uma remuneração de 4% ao ano, base 252 dias úteis, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 6.6.3 da Escritura.

(ii) Novo período de vigência da remuneração: o novo período de vigência da remuneração será de 60 meses, a contar de 15 de outubro de 2014 até 15 de outubro de 2019, intervalo de tempo em que permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas, sendo que não haverá nova repactuação até o seu vencimento final.

Conforme previsto em Escritura, os debenturistas, tanto os titulares das debêntures da 1ª série (código VIVO14) quanto da 3ª. Série (código VIVO34), que não concordaram com as novas condições fixadas pela Companhia, exerceram o direito de não repactuar suas debêntures, solicitando a recompra das debêntures.

O pagamento aos titulares das debêntures (códigos VIVO14 e/ou VIVO34) que se manifestaram, respectivamente, na forma do item 4.2.1-A e/ou 6.2.1 da Escritura, foi realizado no dia 15 de outubro de 2014 sem acréscimo de prêmio de qualquer natureza.

Ademais, considerando a não aprovação das condições descritas acima pelos titulares das Debêntures da 1ª Série, a Companhia informou em 30 de outubro de 2014 que, conforme previsto na cláusula 4.2.2 da Escritura da 4ª Emissão, exercerá seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento.

O resgate das debêntures da 1ª Série será realizado pela Companhia mediante o pagamento do valor nominal unitário, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data do efetivo resgate. Não será devido, pela Companhia, aos debenturistas titulares qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o valor resgatado nos termos descritos acima.

Opção da Lei nº 12.973/14

A Instrução Normativa nº 1499, de 15 de outubro de 2014, publicada no DOU em 16 de outubro de 2014, determinou que a DCTF de dezembro de 2014 será a base para a manifestação da opção da aplicação para o ano-calendário de 2014 das regras previstas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70 ou pelas regras previstas nos artigos 76 a 92 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Desta forma, a opção definida pela Companhia será declarada à RFB através da DCTF de dezembro de 2014.

Aumento do Limite do Capital Autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de novembro de 2014, foi aprovado por unanimidade de votos, o aumento do limite do capital autorizado da Companhia em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, passando tal limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações para 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações.